

Violência

Queda dos homicídios para na divisa com o DF

Enquanto Goiás reduziu em quase 50% as mortes violentas desde 2020, Entorno concentra as quatro cidades mais letais do estado e expõe os limites da política de segurança na região.

Página 6

Hidrolândia

Município cresce na velocidade da logística

Impulsionada pela BR-153 e pela chegada de grandes empresas, cidade amplia arrecadação, gera empregos e se consolida como um dos principais polos econômicos de Goiás.

Página 10



Foto: Prefeitura de Valparaíso



Foto: Divulgação

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.854 • R\$ 2
Goiânia, de 19 a 25 de julho de 2026

40 ANOS
Informação que conecta gerações

Tribuna Política

Nome na placa

Em Goiânia, passa a ser obrigatória em obras financiadas por emendas placa com o nome do parlamentar responsável pelo recurso.

Página 3

ESCOLA

Educação política passa a integrar currículo obrigatório e desafia escolas a transformar lei em prática



Foto: Criada por Inteligência Artificial

Especialistas avaliam que sucesso dependerá da regulamentação, da formação de professores e da reconstrução das Ciências Humanas no currículo escolar.

Página 11

Eleitorado

Um em cada cinco eleitores de Goiás tem 60 anos ou mais

Grupo já reúne 1,08 milhão de votantes e representa 21,4% do cadastro eleitoral; peso dos idosos é maior em Goiânia e Anápolis e menor no Entorno.

Página 9



Foto: Divulgação

Entrevista

Paulo Víctor Avelar

Presidente da Federação Goiana dos Municípios e prefeito de Jaraguá

"Prefeituras estão com pires na mão"

Os municípios concentram os problemas da população, mas recebem a menor fatia dos recursos públicos. Em entrevista à Tribuna do Planalto, o presidente da FGM defende mudanças no pacto federativo, alerta para a crise financeira das prefeituras e analisa o cenário político de Goiás.

Páginas 4 a 5

Saúde

Goiás investe R\$ 32,6 bilhões e mais que dobra a rede estadual de atendimento em sete anos

Estado ampliou a rede de 16 para 31 unidades de saúde, expandiu os leitos de 1.635 para mais de 4 mil, mantém investimentos históricos em todas as regiões e prepara um novo Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

Página 7



Eleição 2026

Caiado volta ao ponto de partida

Aos 76 anos, ex-governador tenta chegar à Presidência apoiado nos resultados de sua gestão em Goiás.

Página 8



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Mais caro até morrer

A Prefeitura reajustou em 7,63% as tarifas dos serviços funerários de Goiânia. Uma urna especial pode chegar a R\$ 29,1 mil, enquanto a zincada passa a custar R\$ 11,9 mil. O decreto afirma que os preços estavam sem atualização desde 2022.

R\$ 6,3 milhões em AR

Mabel abriu crédito suplementar de R\$ 6,3 milhões para a Secretaria da Fazenda pagar serviços dos Correios. O valor será destinado exclusivamente a postagens com Aviso de Recebimento, mecanismo utilizado para notificações oficiais.

Emendas destravadas

Outro decreto remaneja R\$ 28,2 milhões para a Secretaria de Articulação Institucional executar emendas impositivas dos vereadores. A Prefeitura admite que a dotação disponível era insuficiente e alerta que a falta do reforço poderia impedir repasses a organizações da sociedade civil.

Nome na placa

Lei promulgada pelo presidente da Câmara, Romário Policarpo (Cidadania), obriga placas de obras financiadas por emendas a informar o nome do parlamentar responsável pelo recurso. A norma exige padronização e proíbe destaque visual, mas entrega aos vereadores uma identificação política permanente nas obras.

Mabel veta pauta conservadora

O prefeito vetou integralmente o projeto que estabelecia o sexo biológico como único critério para participação em competições esportivas oficiais de Goiânia. A Procuradoria apontou invasão de competência da União, discriminação contra pessoas trans e risco de violação de direitos fundamentais. O projeto era do vereador Coronel Urzeda (PL).

Todos por Gracinha

Os outros três candidatos da base ao Senado apostam em dobradinhas com Gracinha Caiado. Na última semana, Vanderlan Cardoso e Gustavo Mendanha dividiram agendas com a ex-primeira-dama. Nos próximos dias, será a vez de Zacharias Calil aparecer ao lado dela. Entre quatro nomes para duas vagas, Gracinha tornou-se o ponto comum das campanhas.

Tudo para a última hora

Foto: Ilustração feita com utilização do ChatGPT



Os partidos goianos decidiram transformar as convenções, que começam a acontecer a partir desta segunda-feira (20), em mais do que atos formais para homologar candidaturas. A maior parte das decisões relevantes em relação aos cargos que ocuparão os espaços na chapa majoritária foi empurrada para os últimos dias do prazo eleitoral. Vice, candidatos ao Senado e composição das alianças continuam submetidos a negociações que só devem terminar quando já não houver mais calendário para gastar.

A concentração dos principais encontros em 4 e 5 de agosto não é coincidência. O prazo adicional mantém disponíveis os poucos espaços que ainda servem para atrair partidos, acomodar aliados e evitar dissidências. Antecipar uma escolha, neste momento, significa entregar poder de negociação.

Na base governista, a principal pendência é a vice de Daniel Vilela. O MDB marcou sua convenção para 5 de agosto, no Centro de Convenções de Goiânia, onde o União Brasil também pretende reunir seus convencionais. Até lá, Adriano da Rocha Lima, Luiz do Carmo e José Mário Schreiner seguem no tabuleiro. Todos estão no PSD, partido do ex-governador Ronaldo Caiado, a quem é atribuída influência decisiva sobre a indicação.

A demora não revela apenas dificuldade para escolher um nome. A vice tornou-se peça da sucessão de 2030. Caso Daniel seja reeleito, ficará impedido de disputar novamente o governo quatro anos depois. Quem ocupar o posto estará perto do centro do poder e poderá assumir o Estado em uma eventual desincompatibilização do titular. A escolha, portanto, vale mais do que uma composição para outubro.

Também falta organizar os rumos ao Senado. Gracinha Caiado, Gustavo Mendanha, Vanderlan Cardoso e Zacharias Calil circulam dentro do mesmo campo político, mas quatro candidaturas precisam disputar duas vagas. As manifestações públicas de unidade convivem com uma conta que ainda não fechou. A convenção poderá confirmar uma aliança ou apenas oficializar uma disputa interna transferida para as urnas.

O ex-governador Marconi Perillo segue caminho semelhante. O PSDB reservou 5 de agosto para definir uma chapa que ainda não tem vice e mantém alternativas abertas para o Senado. Iure de Castro aparece como nome mais encaminhado, enquanto Benedito Torres, Jalles Fontoura e Ernesto Roller, que até pouco tempo atrás era aliado de primeira hora de Caiado, circulam nas conversas tucanas. Nesse caso, esperar também significa observar quais nomes serão descartados pelos outros grupos.

Na esquerda, a chamada frente ampla chega às convenções sem resolver sequer quem comandará a chapa. A direção estadual do PT sustenta Luis Cesar Bueno como candidato ao governo, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prefere Adriana Accorsi, que insiste na reeleição para a Câmara.

A coalizão formada por PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB, PV e Rede ainda precisa definir as vagas ao Senado e transformar a extensa lista de siglas em unidade política. Por enquanto, a frente é mais ampla no papel do que no palanque. Há quem diga que o PSOL deve desembarcar numa candidatura própria encabeçada por Cíntia Dias, repetindo 2026, e o PSB vai investir num plano avulso lançando a ex-deputada estadual Isaura Lemos ao Senado.

O PL é a exceção parcial. Wilder Moraes apresentou Ana Paula Rezende como vice ainda em fevereiro e chega à convenção com o topo da chapa encaminhado. Mesmo assim, as candidaturas ao Senado e a formação definitiva do palanque ainda dependem do encontro marcado para o último dia do prazo. Atualmente, a legenda trabalha com os nomes do deputado federal Gustavo Gayer e do vereador Oséias Varão.

Fora da convenção

Enquanto os partidos voltam os olhos para as convenções, a vereadora Aava Santiago, que deixou o PSDB para assumir a presidência estadual do PSB, tem outra preocupação. O TRE-GO julga, na quarta-feira (22), a ação que pode lhe tirar o mandato. Os tucanos a acusam de infidelidade partidária por deixar a sigla fora da janela e sem carta de anuência.

Quem assume é...

Se o pedido dos tucanos for acolhido, o primeiro suplente Michel Magul assume a cadeira na Câmara de Goiânia. Diretor de Relações Institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Magul trabalha ao lado do presidente da casa, Bruno Peixoto, mas também é um dos braços direitos do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) na sua campanha.

"Serenidade"

Aava Santiago afirma receber com serenidade o julgamento e confia que o TRE-GO reconhecerá a legitimidade de seu mandato. A vereadora diz acreditar na estratégia de sua defesa e garante que seguirá dedicada à fiscalização da Prefeitura e à atuação na Câmara de Goiânia enquanto o processo tramita. No off, porém, aliados da parlamentar já trabalham nas alternativas pós-cassação.

Banco de reservas

Marconi Perillo também deixará para a convenção a escolha do vice. O ex-deputado estadual Hélio de Sousa, os empresários Jalles Fontoura e Otavinho Lage, além de Eliane Pinheiro, uma das principais articuladoras da campanha tucana, aparecem entre os cotados, mas o tucano prefere atrair um nome de outra legenda que amplie sua aliança. "Vamos esperar até a última hora. Há muito espaço até as convenções acontecerem", salienta.

Nome do Sudoeste

O ex-prefeito de Santa Helena de Goiás João Alberto Vieira Rodrigues (PRD) também passou a ser citado nos bastidores para a vice de Marconi Perillo. Filho do ex-governador Alcides Rodrigues, ele é médico e estava colocado como pré-candidato a deputado estadual. O movimento daria à chapa tucana presença no Sudoeste e abriria espaço para uma composição com a federação PRD-Solidariedade.

Descartado

Presidente da Federação PRD-Solidariedade, Gustavo Mendanha descarta a indicação de João Alberto Vieira Rodrigues para vice de Marconi Perillo. "Não há qualquer condição de fazermos algum tipo de composição com o PSDB. Eu já rejeitei essa tese em momentos anteriores e isso não vai mudar agora", afirma. Vale lembrar: tanto João Rodrigues como o pai, ex-governador Alcides Rodrigues, já declararam apoio a Mendanha.

Sem margem

Mendanha aponta que a convenção da federação foi marcada para o mesmo dia e local do encontro do MDB como demonstração de permanência na base de Daniel Vilela. A estratégia é afastar especulações sobre eventuais fissuras no grupo governista.

Entrevista

Paulo Víctor Avelar

Presidente da Federação Goiana dos Municípios e prefeito de Jaraguá

"Os prefeitos querem resultados, não discurso"

Presidente da FGM fala sobre a situação financeira dos municípios, avalia a gestão de Daniel Vilela e aposta na força da base governista nas eleições de 2026

Em uma entrevista que mistura gestão pública e análise política, o presidente da Federação Goiana dos Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Víctor Avelar (UB), faz um diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelas prefeituras, defende mudanças estruturais no pacto federativo e comenta as articulações da base governista para as eleições deste ano.



Foto: Divulgação

» Andréia Bahia e Domingos Ketelbey

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor costuma dizer que o municipalismo precisa deixar de ficar no discurso. O que ainda impede os municípios de terem mais autonomia financeira e administrativa?

PAULO VÍCTOR AVELAR

É um absurdo a situação do Pacto Federativo. Você tem uma divisão hoje, tripartite, onde a União fica com 70 e poucos por cento, o Estado com 16%, e sobra menos de 10% para dividir para todos os 5 mil municípios. As pessoas moram e convivem nos municípios. Se não tem remédio, se tem buraco, se não tem merenda na escola, ninguém vai na União, no Presidente da República, no deputado, as pessoas vão atrás do prefeito e do vereador. A responsabilidade é nossa. Goiás tem 246 municípios, menos de 10% são autônomos financeiramente com os impostos municipais. Somos totalmente dependentes do FPM e dos repasses de ICMS do Estado e da União. E os problemas conosco. Não se tem aumento de programas federais como SAMU e Programa de Saúde da Família desde 2000. As prefeituras hoje estão com o pires na mão. Se não fossem as emendas parlamentares dos deputados e senadores, os prefeitos seriam meramente despachantes do pagamento da folha e manteriam a cidade limpa. Isso é um absurdo. Pouquíssimas cidades têm poder

de investimento, têm caixa para investir na cidade. Somos reféns do governo através das emendas impositivas na mão dos deputados federais e dos senadores.

Qual seria hoje a principal mudança no pacto federativo para fortalecer as cidades?

Reconhecer o papel que os municípios têm na federação. As pessoas moram no município, vivem no município. Se chove, é o prefeito; se está seco, é o prefeito; se tem buraco, é o prefeito; se não tem remédio, é o prefeito; se o salário está atrasado, é o prefeito; se não tem material nos hospitais municipais, a culpa é do prefeito; se não

de agente de saúde. Acho que todos merecem, desde que nos indiquem onde vai ter o recurso, porque votam em períodos eleitorais pautas extremamente bombásticas e eleitoreiras para agradar sindicatos, e a conta chega no colo da prefeitura sem total responsabilidade de onde nós vamos retirar esse recurso.

Qual o impacto que essas medidas terão em Jaraguá?

Hoje, depois de seis anos de gestão - pegamos com três meses de salário atrasado, R\$ 20 milhões de precatórios que nós pagamos nesses seis anos, aposentados recebendo por ordem alfabética - conse-

pequenas e médias confecções. Você não tem desemprego, a cidade gira dinheiro, mas não tem arrecadação. Eu dependo totalmente dos recursos federais e estaduais e das emendas. O recurso que cai na prefeitura hoje, eu pago a despesa sólida, a despesa obrigatória, pago a folha e limpo a cidade somente.

Essa é a realidade da maioria dos municípios?

A maioria, 95% dos municípios goianos, falo isso com total liberdade e certeza. Se não fosse a ajuda hoje do governo do estado, dos deputados estaduais e federais e dos senadores com as emendas impositivas, eu não teria feito nada das obras revolucionárias que fizemos nesses últimos seis anos.

Quais são as áreas em que os prefeitos são mais cobrados?

Falo por mim e pelos meus colegas da região: somos municípios goianos que dependemos praticamente 100% da agricultura, da soja, da melancia, do abacaxi, das frutas. Nós tivemos 60 dias de chuva ininterruptos. Há três meses que eu estou trabalhando com cinco equipes de maquinário e não consegui ainda organizar as estradas vicinais. Hoje a nossa demanda é infraestrutura urbana, infraestrutura rural e saúde, que melhorou bastante, tivemos avanços, mas a saúde é latente, é trocar o pneu do carro com ele em movimento.

Está em andamento a implantação da nova reforma tributária, que a AGM, a FGM e o governo do Estado se posicio-

naram contrários durante a tramitação. Quais são os primeiros impactos que esse período de adaptação já provoca nos municípios de Goiás?

Estamos realmente desesperados, porque vamos virar adolescentes que recebem mesadas. O governo federal vai ficar com o dinheiro, uma comissão vai decidir quanto vai dar pra cada um, nós não sabemos mais o que nós vamos receber. Alguns vão ser beneficiados, outros vão ser prejudicados. Está faltando um pouco de transparência, estamos pedindo mais debate, mais discussões, estamos trabalhando, buscando profissionais capacitados para que os prefeitos estejam preparados para essa transição.

Essas demandas têm sido levadas ao governo federal?

A CNM (Confederação Nacional do Municípios) está fazendo um trabalho com os melhores profissionais que participaram da montagem da lei, e estão visitando os estados com workshops, com palestras e com treinamentos das equipes de finanças para todos os municípios, para que possamos estar preparados para essa mudança. A AGM e a FGM estão ligadas com a CNM, preparando os gestores, os contadores, os secretários de finanças. Nós já fizemos três reuniões e estão marcadas várias reuniões para que a gente possa preparar o nosso pessoal para essa transição.

A FGM tem conseguido transformar as reivindicações dos prefeitos em resultados concretos?



Criam pautas em Brasília, mas a conta chega nas prefeituras. O calor eleitoral não pode substituir a responsabilidade. Se não houver diálogo, as prefeituras podem entrar em colapso.

tem merenda escolar, é do prefeito. E o recurso está na União. E criam-se pautas bombas toda semana no Congresso, eu não sou contra, nem eu, nem José Délio, presidente da AGM, estamos trabalhando em total sintonia e parceria com os prefeitos. Nós não somos contra o piso de professor, de administrativo,

guimos diminuir despesas, cortar gastos, diminuir cargos, renegociar dívidas, refazer tudo. Hoje, a prefeitura de Jaraguá é uma prefeitura de arrecadação de cidade pequena com estrutura de cidade grande. Eu tenho 50 mil habitantes e a arrecadação de Jaraguá é pífia, porque 90% da economia da cidade são

Nós estamos trabalhando com muita sintonia, tanto a AGM quanto a FGM, com a bancada federal e os senadores. Isso está sendo muito positivo. Todas as demandas que a CNM nos aciona: pauta bomba, pauta que vai atrapalhar muito os prefeitos, temos tido uma resposta muito rápida da nossa bancada. Conseguimos algumas vitórias, outras conseguimos protelar. As 27 federações estão trabalhando unidas em sintonia com a CNM, porque se não estivermos unidos, nós vamos perder. Nós queremos que essas pautas não sejam votadas em ano de eleição, para que o calor e o momento não interfiram na decisão. São decisões que precisam de mais debate, de mais diálogo, de mais estudos, estudos de impacto financeiro, de responsabilidade. Não pode ser votada nesse calor eleitoral. Essa é a nossa reivindicação. Nós não somos contra nenhuma pauta. Nós queremos só discutir e que ela não seja discutida no calor eleitoral, porque o calor eleitoral atrapalha a razão, porque se não tivermos racionalidade, vamos colapsar prefeituras do interior do Brasil. E quem vai pagar é a população, porque o deputado não vai ter coragem de votar contra nenhuma pauta bomba, sendo que os sindicatos estão monitorando através da internet e da televisão, e vai atrapalhar suas bases eleitorais. Esse procedimento, no período eleitoral, deveria inclusive ser proibido.

Muitos municípios enfrentam dificuldades para contratar médicos, manter hospitais e cumprir pisos constitucionais. O modelo atual de financiamento da saúde municipal está esgotado?

Goiás é diferente porque o governo do estado assumiu a responsabilidade e está ajudando os prefeitos, cumprindo com a sua parte, tanto financeira como administrativa. Eu não posso falar pelo Nordeste, pelo Norte, ou pelos outros estados, que estão passando coisas horrorosas. Eu estou falando pelo estado de Goiás que, se não fosse a descentralização feita pelo governo do estado, estaríamos hoje nos últimos colocados na questão de resolutividade com a população. Estamos vivendo em uma ilha de parceria do governo com os municípios. O governo do estado, nesses últimos sete anos, tem trabalhado 100% em parceria com os municípios. Nunca houve um atraso do transporte escolar, nunca houve um atraso de repasse obrigatório do governo do estado com os municípios durante esses últimos seis anos. Isso eu afirmo. Se não fosse essa parceria, vários municípios já teriam fechado hospitais, postos de saúde, fechado até serviços básicos, tanto na educação quanto na saúde. Inclusive na

infraestrutura urbana e rural, o governo tem nos ajudado com máquinas, com equipe, com apoio, senão nós não conseguiríamos nem escoar a produção da agricultura familiar nos 246 municípios. Tenho que dar a César o que é de César. O governo Ronaldo e Daniel fez muita parceria com os municípios.

Como é que está a relação institucional dos prefeitos com a gestão Daniel Vilela?

Todos os programas, desde o dia 1º de abril, quando Daniel virou governador, foram ampliados e não teve nenhum programa que o Daniel não tenha dado continuidade. Só lançou programas envolvendo os prefeitos dos municípios, independente de siglas partidárias. Todos os programas. Estamos vivendo uma sintonia respeitosa e democrática no estado de Goiás. Daniel tem mostrado muita austeridade, muita juventude, modernidade, respeito ao que está certo, respeito ao que tem dado resultado e tenho certeza que, se Deus quiser, ele vai continuar porque tem dado muito certo o estado de Goiás nessa parceria governo do estado e município.

Como Daniel chega nesse período eleitoral? O senhor avalia que a oposição vai vir forte e ameaçar a reeleição do governador?

Um governador com 86% de aprovação deixa o sucessor, que não interrompe um único programa, amplia todas as situações, trabalha em parceria com os municípios. Do outro lado, um candidato ex-governador que saiu pela porta do fundo, praticamente em um camburão, em todos os jornais do país, com escândalos e mais escândalos; e um outro candidato que é um candidato de internet, que espera essa polarização para poder crescer. Os prefeitos querem resultados, querem ação. A população vai saber entender que a continuidade segura e responsável é com Daniel Vilela, para que os programas possam continuar, para que as coisas continuem andando de forma responsável. Em time que está ganhando não se mexe. Esse é o sentimento que pode se perceber nos movimentos e eventos com participação de 246 prefeitos. Nós estamos trabalhando com 222 e 223 prefeitos apoiando a reeleição do governador Daniel Villela.

O senhor assumiu a coordenação política da ex-primeira-dama Gracinha Caiado (UB) ao Senado. Como o senhor vê a pré-candidatura dela representando Goiás e Brasília na Casa Alta?

A coordenação ficou entre José Délio e eu, estamos revezando, o coordenador oficial é José Délio e estamos trabalhando nessa parceria. A ex-primeira-dama Gracinha criou

o programa Goiás Social, um dos programas mais copiados por outros estados, porque ele atendeu várias áreas da vulnerabilidade das famílias goianas, tirando as famílias da extrema pobreza. Estamos visitando cidades, visitando vereadores, visitando lideranças, e o clima é de receptividade, de gratidão: - dona Gracinha, a senhora fez isso, a senhora conseguiu isso. A campanha está caminhando muito positiva, inclusive estou na estrada indo para um evento com 15 prefeitos na cidade Goianésia, que vão declarar apoio a dona Gracinha. Eu acho que ela vai poder somar muito no Senado pela experiência de ter ajudado o marido como a primeira-dama mais atuante da história que Goiás já viu.

O senhor avalia licenciar-se do cargo para dedicar exclusivamente à campanha?

Será necessário. Eu tenho um compromisso, é aniversário da cidade nas próximas semanas, tenho algumas obras para terminar, para entregar, e conversamos aqui na campanha, a partir do dia 15 de agosto, quando começa a campanha, eu vou me afastar da prefeitura. O nosso vice-prefeito é um parceiro, amigo, já assumiu a prefeitura mais de dez vezes e vai estar à frente nesses 40 dias para que eu possa trabalhar 100% para a reeleição do governador Daniel e na campanha de senadora da Gracinha.



Em time que está ganhando não se mexe. Quando a campanha vai bem, sobra gente querendo ser vice.

A licença vai ser até o final do primeiro turno?

Nós vamos ganhar no primeiro turno, se Deus quiser. Se Ronaldo Caiado for para o segundo turno, nós vamos conversar de novo, para que o Brasil entenda que nós temos que sair dessa polarização raivosa, radical e acreditar em quem tem habilidade, mostrou serviço e pode levar o Brasil para um campo seguro de paz, de união e de diálogo. Nós estamos com a expectativa de que quando começarem os debates, as entrevistas, as pessoas vão compreender o trabalho que foi feito em Goiás, o Estado mais seguro, primeiro lugar na educação, na transparência em vários aspectos. Isso que o Brasil precisa, um homem que já foi testado, aprovado, senador, deputado federal, está tendo todo o apoio do PSD, do presidente Gilberto Kassab, recebendo adesões, só que o Brasil ainda está vivendo

essa polarização raivosa. A gente vai poder quebrar esses muros e construir pontes.

A base hoje tem quatro candidaturas ao Senado e há setores querendo que isso seja afunilado. O senhor acredita que até o início das convenções, há chances de novos recuos?

São quatro candidaturas muito consistentes: Zacharias Calil é um deputado, um médico internacionalmente respeitado; Vanderlan Cardoso é um senador municipalista, ajudou 246 municípios; Gustavo Mendanha foi prefeito de Aparecida, destaque nacional, e Gracinha, que dispensa até o comentário. Eu acho que isso é uma conversa muito particular do governador Daniel, do ex-governador Ronaldo Caiado e dos demais. Alexandre Baldy mostrou inteligência política, frieza emocional, despreendimento e humildade para trabalhar junto com a Gracinha em uma eleição que tem estrutura, que tem serviço prestado, e os dois, juntamente com Fião (Manoel Castro de Arantes), como segundo suplente, fizeram uma grande aliança que vai dar uma votação proporcional histórica para Gracinha, Baldy e Fião.

Gracinha tem andado em eventos com o senador Vanderlan Cardoso, esteve com Gustavo Mendanha. Essas dobradinhas vão acontecer por regiões, grupo a grupo, qual a estratégia?

Nós vamos trabalhar com os três candidatos, quem nos convidar nós vamos estar presente, Gustavo, Dr. Zacharias, Vanderlan. O ex-governador Ronaldo disse: estamos trabalhando para a Gracinha ser o primeiro voto, o segundo voto os prefeitos estão divididos entre os três e vamos trabalhar para fazer os dois senadores dessa forma, trabalhando em parceria.

O ex-governador Ronaldo Caiado vai conseguir transferir votos não só para o Daniel mas para toda essa base que o apoia? Qual deve ser o poder e o impacto do ex-governador nas campanhas em Goiás?

É uma questão muito técnica e eu posso responder tecnicamente: Iris Rezende tinha 80% de aprovação, elegeu Henrique Santillo; Iris, em 1994, ganhou de Lúcia Vânia e Ronaldo, elegendo Maguito Vilela com 30 e poucos anos de idade,

um deputado de Jataí, o seu vice; Marconi Perillo, em 2006, com 60% de aprovação, elegeu o Dr. Alcides Rodrigues. A aprovação de um governo faz a diferença. Imagina Ronaldo, uma pessoa de palanque, de luta, com serviço prestado, com 86% de aprovação, claro que a base, os deputados federais, os deputados estaduais, todo mundo vai poder usar esse espólio político, que está vivo, está ativo, que as pessoas estão vendo, palpável, que é essa estrutura que o governador Ronaldo fez no estado de Goiás.

Quais são os adversários na disputa ao Senado que te preocupam mais?

Eu sou publicitário de formação e de marketing eleitoral, não estou falando como prefeito, estou falando como técnico. Gosto muito de fazer essa análise depois da convenção porque até a convenção pode acontecer muita coisa, vamos esperar o quadro ficar definido os jogadores todos em campo, que eu respondo essa pergunta. Como diria meu finado avô, você escolhe esposa, amigo, inimigo, você não escolhe adversário. O que eu tenho para falar é bem da minha candidata, não vou falar mal de nenhum, não quero saber dos outros, quero saber só da minha candidata, que tem serviço prestado e vai ganhar a eleição.

E o vice do Daniel?

Você sabe que alguém vai ganhar a eleição quando as pessoas querem ser seu vice. O pior sinal que existe é quando ninguém quer ser seu vice. Esse é o maior sinal que o Daniel vai ganhar no primeiro turno. Tem José Mário Schreiner, uma pessoa competentíssima, que representa o agro, foi presidente da CNA, extremamente preparado; tem Luiz do Carmo, ex-senador, evangélico, tem uma liderança grande nesse setor, que quer ser o vice; tem o presidente da Assembleia, Bruno Peixoto, que alguns prefeitos defendem o nome dele também para ser o vice, entre outros. Está dando briga para ser o vice do Daniel, e isso para mim é um grande sinal. Quando a campanha está ruim, você tem que ficar caçando, brigando e a pessoa negando. Nós podemos escolher bons nomes, todos amigos todos na mesma chapa, e eu tenho certeza que quem o governador escolher vai somar e trabalhar junto com o Daniel para gente fazer um grande governo, ampliar, melhorar tudo que já está bom.

Se depender dos prefeitos, quem que vai ser?

Isso você não vai tirar de mim. Dia 5, quem o governador anunciar terá o meu apoio, o meu respeito e a minha admiração e o meu trabalho diuturnamente.

Segurança

Queda de homicídios em Goiás não é acompanhada pelo Entorno do DF

Dados da segurança pública e do DataSUS apontam redução acentuada das mortes nas demais regiões do estado, mas Entorno segue na contramão

» Carla Borges

A desigualdade social em Goiás se revela também nos índices de segurança e saúde públicas. Enquanto as principais regiões do estado apresentam forte queda na criminalidade, o Entorno do Distrito Federal resiste com altas taxas de homicídios. O contraste é gritante. Espremida ao lado da capital federal, a região sofre com uma explosão populacional, que não veio acompanhada de políticas públicas na mesma velocidade. Por outro lado, o DF tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados brasileiros. Especificamente no quesito segurança pública, o custo é bancado pela União, que despejou cerca de R\$ 25 bilhões somente em 2024, e boa parte disso paga a folha das polícias distritais.

Goiás experimentou, nos últimos cinco anos, uma das maiores quedas de homicídio que um estado brasileiro já registrou fora de época de pacto entre facções. Saiu de 1.470 assassinatos dolosos em 2020 para 756 em 2025 – praticamente metade. E não foi sorte de um ano bom: a linha desce firme, ano após ano, e a saúde confirma o que a segurança pública diz. Pelo DataSUS, que conta a morte pela porta do hospital e não pela do boletim, a queda é da mesma ordem (–53%). A queda é real, é grande, e chegou quase a todo lugar: das 22 cidades goianas com mais mortes em 2020, as 22 tiveram menos em 2025.

Já no Entorno do DF, essa maré simplesmente não subiu. Em Valparaíso, hoje a cidade mais violenta de Goiás, foi na direção contrária. As quatro cidades mais letais do estado hoje não são o interior violento que do imaginário popular, nem a capital: são Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Luziânia

e Planaltina, todas apertadas contra Brasília, todas com taxa perto de 20 mortes por 100 mil habitantes, o dobro de Goiânia. Valparaíso é o retrato mais incômodo: enquanto o estado cortava a violência pela metade, ela subiu 11% ali, e a cidade virou a mais letal de Goiás.

A pergunta sobre “por que esse cantinho resiste” não se explica olhando o mapa, mas entendendo o que existe embaixo dele, onde há uma linha invisível que muda tudo: a divisa entre Goiás e o Distrito Federal, a divisa que ninguém governa por inteiro. Os dados reunidos nesta reportagem são do Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e do DataSUS, do Ministério da

Justiça, e foram compilados e analisados pela publicação independente Crime Brasil (crimebrasil.com.br), especialmente para a Tribuna do Planalto.

Enquanto no DF a União custeia todo o aparato da segurança pública, Goiás tem dificuldade para replicar no Entorno a mesma estrutura de policiamento, por exemplo, da Região Metropolitana de Goiânia. “O efeito é que o DF ostenta a segunda melhor relação de policiais por habitante do país – 6,6 PMs para cada mil pessoas. Do lado goiano, na mesma conurbação, o estado opera com os postos policiais preenchidos abaixo da metade. Não é uma diferença de estilo de policiamento; é uma diferença de orçamento que muda

de país no meio do quarteirão. O morador de Santa Maria, no DF, e o de Valparaíso, em Goiás, dividem a mesma avenida, mas um está protegido por um fundo bilionário da União e o outro, não”, aponta a nota técnica produzida pelo Crime Brasil para a Tribuna.

“A violência letal em Goiás não desapareceu, ela se retraiu para a faixa de território onde o Estado é estruturalmente mais fraco. As quatro maiores taxas de homicídio do estado em 2025 estão todas no Entorno do DF, numa região onde a renda é até três vezes menor que a do Distrito Federal e a população cresceu o dobro da média metropolitana, sem que os serviços acompanhassem”, define Alexandra Diniz, do Crime

Brasil para a Tribuna. mande na PM goiana e na do DF ao mesmo tempo”, observa. “Então o que acontece na prática é o pior dos dois mundos: um criminoso comete o crime em Valparaíso e dorme em Santa Maria; a polícia que investiga de um lado não é a que prende do outro; e a divisa, que para o Estado é o fim da jurisdição, para o crime é só uma rua. É uma costura frouxa no tecido do estado – e é exatamente por ela que a violência não escorreu para fora quando o resto de Goiás secou”, conclui a analista.

Bomba demográfica

Sobre essa fratura institucional, empilhou-se uma bomba demográfica. O Entorno é feito de cidades-dormitório que incharam à sombra de Bra-

“A violência letal em Goiás não desapareceu, ela se retraiu para a faixa de território onde o Estado é estruturalmente mais fraco.

Alexandra Diniz, do Crime Brasil

Brasil, acrescentando que “nenhum real desse fundo (Constitucional do DF) cruza a divisa”.

“E não é que ninguém tenha tentado costurar isso. A região é oficialmente integrada desde 1998, na chamada RIDE-DF, e os governos assinam pactos de segurança conjunta de tempos em tempos – 2016, 2021, e por aí vai”, pontua Alexandra. “O problema é justamente esse: pacto que precisa ser refeito a cada poucos anos é a prova de que nunca virou estrutura”.

Para Alexandra Diniz, o fato de a taxa de homicídios de Valparaíso subir 11% enquanto a do estado caiu 49% não é acidente estatístico. “É o retrato de uma disputa ativa de mercado entre facções numa cidade-dormitório que cresceu 52% em doze anos. A política que derrubou o homicídio em Goiânia depende de instrumentos que param na divisa”, diz.

O Instituto de Políticas Econômicas Aplicadas (Ipea) classifica a governança dessa região metropolitana como fragmentada. “A palavra é exata. Segurança ‘de interesse comum’ existe no papel, mas nunca teve um orçamento próprio nem um comando único que

sília em enorme velocidade. Valparaíso cresceu 51,7% entre os dois últimos Censos e está entre as cidades que mais crescem no Brasil inteiro. Águas Lindas passou de 225 mil habitantes; Luziânia, de 208 mil. A periferia metropolitana cresceu quase três vezes mais rápido que o próprio DF. A desigualdade da região é grande, maior se comparada à vizinha rica, Brasília, mas ainda muito grande se comparada ao restante de Goiás.

De acordo com a nota técnica do Crime Brasil, sete organizações criminosas disputam o DF e o Entorno: do PCC e do Comando Vermelho a facções locais como a ADE, os Amigos do Estado, apontada por investigações como responsável por parte relevante dos homicídios em cidades como Luziânia e Cristalina. A nota aponta prova recente de que o crime enxerga essa metrópole como um território só. Em dezembro de 2025, a Operação Mosaico desarticulou uma estrutura de facção que operava, ao mesmo tempo, em oito regiões administrativas do DF e nos municípios goianos de Águas Lindas e Cidade Ocidental. Uma quadrilha só, dos dois lados da linha.



Duas cidades responderam por um terço de toda a queda

Goiânia saiu de 236 homicídios em 2020 para 116 em 2025 (–51%). Aparecida de Goiânia despençou de 161 para 47 (–71%). Juntas, as duas maiores cidades do estado tiraram 234 mortes da conta, cerca

de um terço de toda a redução de Goiás no período. Quando as metrópoles melhoram, o estado inteiro melhora junto.

Mas o interior guarda as quedas mais impressionantes em proporção. Aparecida derru-

bou 71% das suas mortes. Trindade caiu de 44 para 11 (–75%). Senador Canedo, de 46 para 14 (–70%). Santo Antônio do Descoberto, de 28 para 6 (–79%). Caldas Novas saiu de 36 para apenas 3, embora, por ser município tu-

ristico e de base pequena, oscile mais de um ano pro outro e mereça um olhar com cautela.

Entre as 22 cidades goianas com mais de 20 homicídios em 2020, todas as 22 registraram menos mortes em

2024–2025. Alargando o corte para as 59 cidades com base relevante, 53 caíram. De acordo com o Crime Brasil, “é raro ver uma melhora tão espalhada: quase não sobrou município grande na contramão”.

Expansão

Goiás investe R\$ 32,6 bilhões na saúde e mais que dobra a rede estadual em sete anos

Estado ampliou a rede de 16 para 31 unidades de saúde, expandiu os leitos de 1.635 para mais de 4 mil, mantém investimentos históricos em todas as regiões e prepara um novo Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo)

» Da Redação

Em apenas sete anos, Goiás promoveu a maior expansão da rede estadual de saúde de sua história. Entre 2019 e maio de 2026, o Governo de Goiás investiu R\$ 32,65 bilhões na saúde pública, mais que dobrou o número de unidades próprias, ampliou a oferta de leitos, entregou novos hospitais, implantou as primeiras policlínicas estaduais e fortaleceu a assistência especializada em todas as regiões, garantindo mais acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

A rede estadual passou de 16 unidades de saúde, em 2018, para 31, em 2026. Nesse período, foram entregues o Hospital Estadual da Criança e do Adolescente (Hecad), o Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), o Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora) e o Hospital Estadual de Águas Lindas Ronaldo Ramos Caiado Filho (Heal), ampliando significativamente a capacidade da rede pública de saúde.

Além disso, o Governo de Goiás formalizou a assinatura do protocolo de intenções para a aquisição do imóvel que deverá abrigar o novo Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). As tratativas para a compra do empreendimento, avaliado em R\$ 500 milhões, estão em andamento e permitirão a transferência do principal hospital de urgência da rede estadual

para uma estrutura moderna, com infraestrutura ampliada e maior capacidade de atendimento à população.

O governador Daniel Vilela destacou o compromisso do Governo de Goiás com o fortalecimento da rede estadual de saúde. “É essencial e é obrigação nossa avançar numa política de saúde de maior qualidade para os goianos. Não tenham dúvida de que nós vamos fazer o esforço que for para que a gente possa ter aqui não só a saúde mais regionalizada do Estado, mas também a melhor qualidade na prestação do serviço de saúde entre todos os estados, entre todas as redes estaduais de saúde do país”, afirmou o governador Daniel Vilela.

Outro marco foi a implantação das primeiras policlínicas estaduais. Antes de 2019, Goiás não contava com esse modelo de atendimento

especializado. Atualmente, as unidades de Posse, Cidade de Goiás, Formosa, Goianésia, Quirinópolis e São Luís de Montes Belos oferecem consultas em mais de 22 especialidades médicas, exames, he-

modiálise e diálise peritoneal, fortalecendo a regionalização da saúde e aproximando os serviços especializados da população.

A estratégia de regionalização também incluiu a estadualização dos hospitais de Formosa, Luziânia, Jataí, São Luís de Montes Belos e Itumbiara. A medida ampliou a oferta de serviços de média e alta complexidade, fortaleceu a rede estadual e levou atendimento especializado para mais perto da população em diferentes regiões de Goiás. “A gente passou por uma revolução na saúde pública. Vamos continuar avançando e garantindo qualidade”, defendeu o líder do Executivo goiano.

Expansão da assistência

Os investimentos refletiram diretamente na ampliação da capacidade de atendimento da rede estadual. O

número de leitos passou de 1.635 para mais de 4 mil, enquanto os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) cresceram de 244 para cerca de 800, ampliando significativamente a assistência de alta complexidade em todo o Estado. “O governador Caiado mais do que triplicou o número de leitos de UTI no nosso estado. Hoje nós temos leitos em todo o estado e em todas as regiões”, destacou o governador ao mencionar que dará continuidade ao trabalho.

A descentralização dos serviços também transformou o acesso da população. Antes de 2019, os leitos estaduais de UTI estavam concentrados em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Hoje, esse atendimento está presente em 26 municípios, garantindo mais agilidade na assistência e reduzindo o tempo de deslocamento dos pacientes para atendimento especializado.



Foto: SES

Com investimento de R\$ 32,6 bilhões, Goiás promoveu a maior expansão da rede estadual de saúde de sua história



Investimentos transformam hospitais em todo o Estado

O crescimento da rede foi acompanhado pelo aumento dos recursos destinados à saúde. O orçamento anual da área passou de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, em 2018, para R\$ 5,2 bilhões em 2025. Os investimentos anuais cresceram de cerca de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 5,7 bilhões, enquanto a aplicação de recursos próprios evoluiu de 12,1% para cerca de 15% das receitas estaduais, reforçando o compromisso do Estado em investir acima do mínimo constitucional.

Além da expansão da rede, o Governo de Goiás executa um dos maiores programas de modernização da infraestrutura hospitalar do Estado. No Hospital Estadual de Trindade (Hetrin), a reforma e ampliação elevaram a capacidade da unidade de 56 para 105 leitos, com expansão da área construída de 2.491 para 10.011 metros quadrados.

Em Jaraguá, o Hospital Estadual Dr. Sandino de Amorim (Heja) recebe R\$ 100 milhões para reforma e ampliação. A obra aumentará em 87%

a capacidade de atendimento da unidade e fortalecerá a assistência para mais de 1,1 milhão de habitantes de 60 municípios da macrorregião Centro-Norte.

No Hospital Estadual de Jataí Dr. Serafim de Carvalho (HEJ), o investimento de R\$ 227 milhões viabiliza a maior reforma e ampliação da história da unidade. O hospital passará de 128 para 230 leitos, fortalecendo a assistência para cerca de 700 mil moradores da região Sudoeste.

Já o Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia Cairo

Louzada (Heapa) recebe R\$ 150 milhões para ampliar sua estrutura de 71 para 124 leitos, praticamente dobrando a capacidade de atendimento e fortalecendo a assistência à população da Região Metropolitana e dos 52 municípios atendidos pela unidade.

O Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG), referência em procedimentos de alta complexidade, também passou por um amplo ciclo de modernização. O Governo de Goiás investiu quase R\$ 70 milhões na unidade, recursos que viabilizaram a reforma de 145

leitos, a ampliação da estrutura física e a aquisição de equipamentos de alta tecnologia.

Os investimentos realizados ao longo dos últimos sete anos consolidam uma política permanente de fortalecimento da saúde pública em Goiás. A ampliação da rede estadual, dos leitos, da infraestrutura hospitalar e da assistência regionalizada reforça o compromisso do Governo de Goiás em garantir atendimento cada vez mais qualificado, eficiente e próximo da população em todas as regiões do Estado.

Eleições 2026

Presidência

A segunda corrida de

Caiado ao Planalto

Quase quatro décadas depois de disputar pela primeira vez a Presidência, ex-governador tenta transformar a força construída em Goiás numa alternativa nacional

» Domingos Ketelbey

O ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, levou quase quatro décadas para voltar ao ponto de partida. Em 1989, aos 40 anos, apresentou-se ao país como o líder ruralista que pretendia ocupar a Presidência da República. Agora, aos 76, preparava-se para disputar novamente o Palácio do Planalto. O cargo é o mesmo. O Brasil, o candidato e a direita que ele pretende representar já não são.

No próximo dia 26 de julho, o PSD fará em São Paulo a convenção destinada a oficializar sua candidatura. Será o ato formal de uma ambição adiada por derrotas, mandatos e mudanças de partido. Caiado chegará ao palco acompanhado de Gilberto Kassab, presidente nacional da legenda e escolhido para compor a chapa como vice.

A primeira candidatura ocorreu na eleição que devolveu ao país o voto direto para presidente depois de 29 anos. Havia 22 nomes na cédula e um Brasil que ainda tentava compreender a democracia depois da ditadura. Lula concorria pela primeira vez. Jair Bolsonaro era um deputado em início de carreira. O agronegócio ainda não tinha a influência política e eleitoral que conquistaria nas décadas seguintes.

Caiado surgiu naquele cenário como presidente da União Democrática Ruralista, a UDR. Médico ortopedista, professor e produtor rural, havia se tornado uma das vozes mais conhecidas da reação dos proprietários de terra às propostas de reforma agrária. A política nacional conheceu primeiro o líder ruralista de voz dura. Só depois conheceria o deputado, o senador e o governador.

Na televisão, defendia a propriedade privada, a redução do Estado e os interesses dos produtores rurais. O campo estava definido, mas faltava estrutura para enfrentar os principais nomes daquela eleição.

Caiado recebeu pouco mais de 488 mil votos, 0,72% dos válidos. A primeira viagem ao Planalto terminou no primeiro turno, mas apresentou Caiado ao país e abriu uma carreira que sobreviveria ao partido e a quase todos os adversários daquela disputa.

No ano seguinte, eleger-se deputado federal por Goiás. Seriam cinco mandatos na Câmara, intercalados por tentativas de chegar ao Governo do Estado. Depois veio o Senado, em 2014. Quatro anos mais tarde, venceu a eleição para governador ainda no primeiro turno e encerrou duas décadas de domínio do grupo liderado por Marconi Perillo. Em 2022, foi reeleito também sem segundo turno.

A sequência de cargos esconde um percurso menos linear. Caiado perdeu eleições, rompeu alianças e viu o próprio campo político trocar de donos. A direita da redemocratização foi reorganizada pelo antipetismo e absorvida pelo bolsonarismo.

Caiado acompanhou parte desse movimento, mas nunca aceitou posição inteiramente subordinada. Apoiou Jair Bolsonaro em 2018, rompeu com o então presidente durante a pandemia e voltou a se aproximar do eleitorado bolsonarista quando 2026 entrou no horizonte. Prometeu anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro e defendeu indulto ao ex-presidente. Ao mesmo tempo, passou a se apresentar como alternativa à polarização entre o presidente Lula e a família Bolsonaro.

A contradição está no centro da segunda candidatura. Caiado precisa buscar votos no campo bolsonarista sem parecer um candidato auxiliar do bolsonarismo. Precisa criticar a polarização sem se afastar do eleitor conservador mobilizado por ela. E precisa vender uma imagem de moderação sem abandonar o confronto, uma das marcas de sua carreira.

O ex-governador raramente fala em meios-tons. A frase costuma vir pronta para o embate, com adversário



Caiado retoma projeto que o acompanha desde o início da carreira política

muito bem definido. Foi assim no Congresso, nas campanhas estaduais e no governo. A política de Caiado quase sempre precisa de um lado oposto. Nos anos 1980, era a esquerda ligada à reforma agrária. Em Goiás, foi o marconismo. Na disputa nacional, são o PT, o presidente Lula e, quando necessário, os herdeiros políticos de Bolsonaro.

A candidatura de Flávio Bolsonaro (PL), #01 de Jair Bolsonaro, abriu espaço para uma nova ofensiva. Caiado passou a questionar a transmissão familiar da liderança da direita. O argumento permite marcar distância do senador sem confrontar diretamente o eleitor fiel ao ex-presidente. É uma operação delicada: Caiado quer os votos de Bolsonaro, mas contesta o direito de um Bolsonaro herdá-los.

O projeto depende também de apresentar Goiás como prova prática. Caiado deixou o governo em março para disputar a presidência e entregou o cargo a Daniel Vilela. Na bagagem, leva os resultados da segurança pública, a reorganização fiscal, os investimentos na educação e uma base política ampla. Em 1989, possuía uma causa e uma organização ruralista.

Em 2026, possui uma gestão para defender, um sucessor no governo e um grupo estruturado.

A mesma força pode se transformar em limite. Dentro de Goiás, Caiado não precisa dizer quem é. Fora do estado, ainda enfrenta o problema elementar de ser reconhecido, ouvido e considerado como opção real diante de candidaturas que ocupam diariamente o debate nacional.

O PSD oferece estrutura, recursos e uma rede de governadores, prefeitos e parlamentares. Não oferece necessariamente unidade. Em estados importantes, setores da legenda mantêm compromissos com outros candidatos. A escolha de Kassab como vice tenta reduzir esse problema, mas reforça outra contradição: para se apresentar como novidade contra a polarização, Caiado montou uma chapa com dois dos políticos mais experientes do país.

Há também um componente pessoal de insistência. Caiado passou boa parte da vida pública tentando chegar ao Governo de Goiás. Quando conseguiu, já tinha 69 anos. A Presidência não surge como ambição repentina de fim de mandato. É um projeto que o acompanha desde o iní-

cio da carreira e permaneceu guardado mesmo quando parecia superado.

A política mudou seu figurino, ampliou sua biografia e lhe deu novos argumentos. Algumas marcas atravessaram o tempo. A defesa do setor rural permanece. O discurso de autoridade continua. A segurança pública ganhou centralidade. E o confronto, embora agora dividido com apelos à moderação, ainda é o idioma no qual Caiado parece mais confortável.

No dia 26, o PSD cumprirá a formalidade de colocá-lo outra vez numa eleição presidencial. A convenção encerrará a pré-campanha, mas não responderá à pergunta que acompanha o projeto desde o início: como transformar prestígio regional em competitividade nacional?

Em 1989, Caiado deixou Goiás para se apresentar ao Brasil. Retornou com menos de 1% dos votos, mas encontrou na derrota o início de uma carreira. Trinta e sete anos depois, volta à mesma estrada em posição inversa. Agora é conhecido em Goiás, comandou o estado e construiu um grupo capaz de sobreviver à sua saída do governo. Falta saber se o Brasil aceitará conhecê-lo de novo.

Foto: Divulgação

Eleitorado Idoso

Um em cada cinco eleitores de Goiás tem 60 anos ou mais

Grupo já reúne 1,08 milhão de votantes e representa 21,4% do cadastro eleitoral; peso dos idosos é maior em Goiânia e Anápolis e menor nas cidades mais jovens do Entorno

» Lucas de Godoi

Mais de 1 milhão de eleitores com 60 anos ou mais estão aptos a votar em Goiás em outubro, um contingente maior que todo o colégio eleitoral de Goiânia e que representa

21,4% dos votantes do estado. Os dados, levantados pela Tribuna do Planalto no painel do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) em 15 de julho, indicam um peso expressivo desse público no mapa eleitoral goiano.

A concentração é especialmente expressiva na

capital, que possui 233.038 eleitores com 60 anos ou mais, o equivalente a 22,9% de seu colégio eleitoral. Na prática, quase um em cada quatro eleitores da cidade está nessa faixa etária. A capital, sozinha, concentra 21,4% de todos os eleitores idosos de Goiás.

Maiores colégios

Entre os dez maiores colégios eleitorais do estado, Anápolis aparece com a segunda maior proporção de eleitores idosos. São 64.897 pessoas com 60 anos ou mais, que correspondem a 19,6% dos 331.281 eleitores do município.

Na sequência apare-

cem Rio Verde, com 26.868 idosos e participação de 16,5%; Luziânia, com 22.196 e 16,3%; e Catalão, onde os 16.785 eleitores dessa faixa representam 15,9% do cadastro local.

Aparecida de Goiânia, segundo maior colégio eleitoral do estado, possui 57.161 eleitores idosos. Apesar do número absoluto elevado, eles representam 15,7% dos 364.647 votantes da cidade, proporção inferior à média estadual.

O voto é obrigatório dos 18 aos 69 anos e facultativo para eleitores de 16 e 17 anos e para aqueles com 70 anos ou mais.

Juventude concentrada no Entorno

Goiás possui 655.501 eleitores com até 24 anos, o equivalente a 12,9% de todo o cadastro estadual. Desse total, 61.863 têm até 17 anos; 227.449 estão entre 18 e 20; e outros 366.189 possuem de 21 a 24

anos. As duas últimas faixas somam 593.638 jovens para os quais o voto é obrigatório.

Entre os maiores colégios eleitorais, o Entorno do Distrito Federal se destaca pela participação dos jovens. Águas

Lindas reúne 24.265 eleitores com até 24 anos, o equivalente a 19,4% de seus 125.062 votantes. Em Valparaíso, são 17.187, ou 17,3% do eleitorado municipal. Luziânia possui 18.901 jovens nessa faixa, correspondentes

a 13,8% de seus eleitores. Juntas, as três cidades concentram 60.353 votantes com até 24 anos.

O perfil também aparece na menor participação dos idosos. Em Águas Lindas, apenas 11,1% dos eleitores têm

60 anos ou mais. Em Valparaíso, são 13,7%, percentuais bem inferiores à média estadual de 21,4%. Os percentuais confirmam uma composição eleitoral proporcionalmente mais jovem nesses municípios do Entorno.



TERNAS SAUDADES

NESTAS FÉRIAS
NÃO DESCANSE
+ EM PAZ +

Não faça ultrapassagens perigosas. Faça revisão do carro.
Se beber, não dirija. Não exceda a velocidade.

goias.gov.br/detran

DETRAN
GOIÁS

Estado de
GOIÁS

Hidrolândia

Localização estratégica

coloca cidade das águas e das jabuticabas em expansão constante

Próxima a Goiânia e cortada pela BR-153, Hidrolândia alia força logística, vocação agrícola e crescimento econômico para atrair empresas, ampliar a arrecadação e elevar os indicadores de qualidade de vida

Foto: Divulgação



Centro de Distribuição do Mercado Livre foi planejado para atender ao crescimento das operações da empresa no Centro-Oeste, reduzindo prazos de entrega e ampliando o escoamento de produtos vendidos pela plataforma digital

» Carlos Nathan Sampaio

Apenas 32 quilômetros de Goiânia, Hidrolândia vive um dos ciclos de crescimento mais acelerados de Goiás. Conhecida como a cidade das águas e das jabuticabas, o município transformou sua localização privilegiada em uma das principais vantagens competitivas do estado. Cortada por 26 quilômetros de pista duplicada da BR-153, a cidade consolidou-se como polo logístico, industrial e agropecuário, atraindo investimentos de grandes empresas nacionais e multinacionais sem deixar de preservar sua identidade ligada ao campo.

Os indicadores econômicos e sociais refletem essa transformação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) praticamente dobrou em menos de duas décadas, passando de 0,427 em 1991 para 0,706 em 2010. A capacidade financeira do município também avançou significativamente: as receitas brutas realizadas saltaram de R\$ 57,5 milhões em 2014 para R\$ 214,5 milhões em 2024, quase quatro vezes mais em apenas dez anos.

O crescimento também aparece na geração de riqueza. Apesar de uma retração pontual entre 2021 e 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita voltou a crescer e alcançou cerca de R\$ 55 mil em 2023, mais que o registrado nacionalmente no mesmo período, de R\$ 51,6 mil. Na com-

paração com uma década antes, quando o indicador era de aproximadamente R\$ 21 mil, a evolução demonstra a velocidade da expansão econômica do município.

Grande parte desse desempenho está ligada à posição geográfica de Hidrolândia. Além da BR-153, a cidade está a cerca de 42 quilômetros do Aeroporto Internacional Santa Genoveva, a 87 quilômetros do Porto Seco de Anápolis, a 233 quilômetros do Aeroporto Internacional de Brasília e próxima ao Polo Aeronáutico Antares. Essa combinação transformou o município em um dos principais corredores logísticos de Goiás.

O resultado foi a instalação de centros de distribuição de gigantes do comércio e da indústria. Empresas como Amazon, Shopee, Magazine Luiza, Casas Bahia, Drogasil, Drogarias Pacheco, Pague Menos, Petz e diversas transportadoras utilizam Hidrolândia como base para abastecer diferentes regiões do país. O município também abriga o maior centro de distribuição farmacêutico da América Latina, pertencente à rede Pague Menos.

A força logística ganhou um novo capítulo em maio de 2026, com a inauguração do Centro de Distribuição do Mercado Livre. Considerada a maior unidade operacional da empresa em Goiás, a estrutura foi implantada às margens da BR-153 e deve gerar mais de 600 empregos diretos, além de impulsionar vagas nos setores de transporte, comércio e prestação de serviços. O empreendimento reforça a

vocação de Hidrolândia como um dos principais polos de distribuição do Centro-Oeste.

O reconhecimento desse protagonismo veio ainda em 2023, quando uma lei estadual concedeu ao município o título de Capital Goiana da Jabuticaba e da Logística. A homenagem reúne duas características que definem a cidade: a força da produção agrícola e a crescente importância do setor logístico.



Hidrolândia tem uma localização geográfica privilegiada, para não dizer a mais privilegiada do estado.

José Délio,
Prefeito de Hidrolândia

Em Nova Fátima, distrito de Hidrolândia, está localizado um dos maiores jabuticabais do mundo, com cerca de 42 mil árvores distribuídas em aproximadamente 100 hectares. O pomar transformou a fruta em símbolo econômico, cultural e turístico do município, fortale-

cendo eventos como o Festival da Jabuticaba e consolidando a cidade como referência nacional na produção. Hidrolândia também lidera a produção mundial da fruta e ocupa posição de destaque em Goiás na produção de laranjas, outros cítricos e ovos.

O prefeito José Délio (União Brasil) atribui esse avanço à combinação entre localização estratégica, planejamento e investimentos em infraestrutura. Em entrevista exclusiva ao *Tribuna do Planalto*, ele destacou que poucos municípios reúnem condições semelhantes para receber grandes empreendimentos.

“Hidrolândia tem uma localização geográfica privilegiada, para não dizer a mais privilegiada do estado. É a primeira cidade no sentido sul, sudeste do país, após o conurbado Goiânia-Aparecida. Nós temos uma vasta extensão territorial e são 26 km de BR-153 duplicada. Nós temos uma proximidade de 29 km de Goiânia. Isso nos favorece muito. Então a gente tem total condição de abrigar esses grandes players do mercado, que já estão aqui, como Amazon, Shopee, Casas Bahia, Ponto Frio, Mercado Livre, Pague Menos, Drogasil, Pacheco, Casa do Picapau, Martins. As grandes logísticas do país encontram-se no município”, disse o gestor.

Ainda segundo o prefeito, o desenvolvimento não se limita ao setor logístico. “Temos indústrias de águas minerais, temos também a questão de frigorífico, entre outros grandes no segmento de granja, segundo maior produtor de ovos do estado, segundo maior produtor de cítricos também, laranja, me-

xerica do estado. Então é uma cidade promissora, uma cidade que a gente tem trabalhado para garantir. Ela dobrou de tamanho nos últimos anos e a gente conseguiu também dobrar o número de UBS, dobrar o número de salas de aula, dobrar qualidade de vida. São parques sendo construídos, então a população hoje tem um emprego e tem um lugar com a melhor qualidade de vida para viver na região metropolitana de Goiânia. Isso a cada dia tem feito a gente crescer, mas crescer não só em população, mas também crescer em renda, crescer em responsabilidade e qualidade de vida.”

A expansão populacional acompanha o ritmo da economia. Entre 2010 e 2022, a população passou de pouco mais de 17 mil habitantes, crescimento próximo de 60%, muito acima da média registrada na capital no mesmo período. Para atender essa demanda, o município investe na abertura de novos loteamentos, condomínios horizontais e equipamentos públicos.

O município também prepara novos ciclos de expansão empresarial. Às margens da BR-153, a administração desenvolve um parque industrial superior a um milhão de metros quadrados, onde empresas do setor de transporte e logística já iniciaram investimentos. Um segundo polo industrial também está previsto para ampliar a capacidade de receber novos empreendimentos. Paralelamente, Hidrolândia avança em projetos de sustentabilidade, como a futura instalação de uma usina solar da Shell com capacidade de geração de 700 megawatts.

ESCOLA

Educação política passa a integrar currículo obrigatório e desafia escolas a transformar lei em prática

Nova lei amplia conteúdos previstos na LDB, mas especialistas avaliam que sucesso da medida dependerá da regulamentação, da formação de professores e da reconstrução das Ciências Humanas no currículo escolar

» Por Dhayane Marques

Saber como funciona o Congresso Nacional, compreender a Constituição, identificar os direitos fundamentais e reconhecer os mecanismos de participação democrática deverá fazer parte da formação de milhões de estudantes brasileiros. A partir da sanção da Lei nº 15.468/2026, a educação política e os direitos da cidadania passam a integrar, de forma obrigatória, os currículos da educação básica.

Na prática, a legislação não cria uma nova disciplina. Os conteúdos deverão ser trabalhados de forma transversal, integrados a com-



Foto: Criada por Inteligência Artificial

A aprovação da lei é um avanço, mas sua efetividade dependerá da aplicação nas escolas, avalia Manoel Barbosa

ponentes curriculares já existentes, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia, respeitando a organização pedagógica de cada rede de ensino.

Embora a medida tenha sido recebida como uma

novidade, a legislação amplia uma diretriz que já existia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A norma já determinava que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio contemplassem o estudo da

realidade social e política, especialmente do Brasil. A diferença é que, agora, educação política e cidadania passam a ser expressamente previstas na legislação, reduzindo interpretações distintas sobre sua obrigatoriedade.

A mudança tem origem no Projeto de Lei nº 4.088/2023, aprovado pelo Senado em junho deste ano, e no Projeto de Lei nº 1.108/2015, de autoria da deputada licenciada Renata Abreu (Pode-SP), aprovado anteriormente pela Câmara dos Deputados.

Durante a tramitação da proposta, Renata Abreu defendeu que a escola brasileira precisa aproximar os estudantes do funcionamento das instituições democráticas.

“Estamos preparando jovens para prestar um vestibular que não sabem como funciona o Parlamento, não conhecem a Constituição brasileira. Se não refletirmos sobre o que está sendo ensinado nas escolas, não avançaremos”, afirmou a parlamentar na aprovação do projeto pela Câmara, em 2023.

No Senado, o relator da matéria, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), afirmou que a alteração fortalece dispositivos que já existiam na legislação educacional. “A mudança contribui para que o tema seja abordado em todas as escolas, fortalecendo o já previsto nos dispositivos mais gerais da LDB”, afirmou.

A lei resolve uma lacuna ou reforça o que já existia?

Apesar da alteração legislativa, especialistas avaliam que a principal mudança não está na criação de um novo conteúdo, mas na tentativa de garantir que a forma-

ção cidadã deixe de depender exclusivamente da interpretação de cada sistema de ensino.

Na prática, o desafio passa a ser transformar uma previsão legal em experiência

pedagógica. Isso exigirá revisão curricular, materiais didáticos atualizados, formação continuada dos professores e orientação nacional sobre como trabalhar os conteúdos

em cada etapa da educação básica.

A regulamentação deverá ser conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de

Educação (CNE), enquanto estados e municípios serão responsáveis por adaptar seus currículos e preparar as redes de ensino para a implementação.

A mudança está menos na lei e mais na aplicação

Especialistas avaliam que a principal transformação promovida pela Lei nº 15.468 não está apenas na alteração do texto legal, mas na possibilidade de tornar uniforme um conteúdo que, embora previsto de forma genérica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), era tratado de maneira desigual pelas redes de ensino.

Para Manoel Barbosa, mestre em Educação, especialista em gestão e financiamento educacional e diretor técnico da Idea Educação, a sanção da

Lei nº 15.468 representa um passo importante para fortalecer a formação cidadã nas escolas. No entanto, ele ressalta que a efetividade da medida dependerá da regulamentação e da capacidade das redes de ensino de transformar a nova exigência legal em prática pedagógica.

“A inclusão da educação política e dos direitos da cidadania no currículo é um avanço importante, mas a aprovação da lei é apenas o primeiro passo. Agora será necessário definir com clareza o que deve

ser ensinado em cada etapa da educação básica e de que forma esse conteúdo será incorporado às práticas pedagógicas.”

A regulamentação deverá ser conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Depois dessa etapa, caberá aos estados e municípios revisar currículos, adaptar materiais didáticos e preparar os professores para desenvolver os conteúdos previstos na legislação.

Segundo Manoel Barbosa, a implementação da nova

legislação exigirá um esforço coordenado entre os órgãos responsáveis pela regulamentação e as redes de ensino. Na avaliação do especialista, não bastará incluir o tema nos currículos. Será necessário reorganizar o planejamento pedagógico, preparar os docentes e oferecer suporte às escolas para que o conteúdo seja desenvolvido de forma consistente.

“As redes de ensino precisam acompanhar de perto a regulamentação do Conselho Nacional de Educação. A

implementação terá impacto no planejamento curricular, na formação dos professores, na produção de materiais didáticos e na organização das escolas, por isso não pode ser tratada como uma simples inclusão de conteúdo”, pontua.

Para Barbosa, esse conjunto de medidas será determinante para que a educação política e os direitos da cidadania deixem de ser apenas uma previsão legal e passem a integrar, de forma efetiva, o processo de ensino e aprendizagem.

Formação cidadã exige equilíbrio pedagógico

A inclusão da educação política no currículo também reacende discussões sobre a forma como esses conteúdos serão trabalhados em sala de aula. Um dos principais desafios apontados por especialistas é assegurar que o ensino fortaleça a formação cidadã dos estudantes sem abrir espaço para práticas de doutrinação ou direcionamento ideológico.

Para Manoel Barbosa, a proposta da nova legislação deve ser compreendida como um instrumento de fortaleci-

mento da democracia e do pensamento crítico, sempre pautado pelo pluralismo.

“Educação política não pode ser confundida com orientação partidária. O papel da escola é ajudar o estudante a compreender o funcionamento das instituições, os direitos e deveres do cidadão e os mecanismos de participação democrática, sempre com equilíbrio, pluralidade e responsabilidade pedagógica”, afirma o especialista.

A expectativa é que as futuras diretrizes do Con-

selho Nacional de Educação estabeleçam parâmetros para orientar estados e municípios na implementação da lei, garantindo que os conteúdos sejam desenvolvidos de forma compatível com cada etapa da educação básica e respeitando a autonomia pedagógica das redes de ensino.

O desafio começa depois da sanção

A aprovação da Lei nº 15.468 representa um avanço na consolidação da educação

para a cidadania como política pública nacional. No entanto, sua efetividade dependerá menos do texto legal e mais da capacidade das redes de ensino de incorporarem o conteúdo aos projetos pedagógicos.

Sem regulamentação clara, formação de professores e produção de materiais adequados, há o risco de que a educação política permaneça restrita a iniciativas pontuais ou seja tratada de maneira superficial.

Ao mesmo tempo, a nova legislação reforça uma discussão que ultrapassa os muros da escola. Em um contexto marcado pela circulação acelerada de informações, pela desinformação nas redes sociais e pela crescente polarização política, especialistas defendem que compreender o funcionamento das instituições democráticas deixou de ser apenas um conteúdo curricular para se tornar uma competência necessária ao exercício pleno da cidadania.



Ancelotti pode levar o Brasil ao hexacampeonato em 2030?

O grande questionamento que se faz em torno da contratação de Carlo Ancelotti é “por que ele nunca foi convidado a treinar a seleção de seu país”? A Itália não consegue se classificar para uma Copa do Mundo há três edições e nunca lembraram de Ancelotti para tentar trazer o selecionado italiano de volta ao cenário das Copas. Só a CBF viu no treinador, multicampeão dirigindo clubes na Europa, um profissional capaz de tirar a seleção brasileira da letargia que a envolve há quase trinta anos.

Carlo Ancelotti foi contratado com um mega salário de R\$ 5 milhões/mês, livre de todas as despesas, fez um péssimo trabalho, desde as primeiras convocações para as eliminatórias e amistosos, até a eliminação para a Noruega na Copa de 2026. O técnico italiano não foi aprovado agora e não será em 2030, quando termina o seu contrato, estendido pela CBF antes mesmo da Copa do Mundo que está terminando. Se a decisão da cúpula do futebol brasileiro foi pela contratação de um técnico estrangeiro, Ancelotti deveria ser a última opção. Antes dele, a CBF poderia optar por Pepe Guardiola, muito mais competente, ou Abel Ferreira, do Palmeiras, que já conhece o futebol brasileiro e teria mais facilidade para levar o Brasil a uma participação mais honrosa na Copa do Mundo.

Sem vínculo afetivo com o Brasil, Ancelotti viajou para o Canadá logo após a eliminação na Copa, se hospedando em algum resort milionário, longe da chateação dos brasileiros que certamente o esperavam para fazer as merecidas cobranças pelo baixo nível de seu trabalho. A maioria dos jogadores fizeram o mesmo, se dispersaram de férias em destinos de luxo na Europa e nos Estados Unidos, com exceção de Danilo, único atleta a retornar ao Brasil em voo fretado pela CBF. Voltou, mas na chegada preferiu não falar com a imprensa. Segundo informações dos bastidores da CBF, Ancelotti volta ao Brasil no final de julho para iniciar o novo ciclo visando a Copa do Mundo de 2030, que será disputada em Portugal, Espanha, Marrocos e alguns jogos na América do Sul, em comemoração ao centenário da competição.



Carlo Ancelotti de férias em Vancouver, no Canadá

A próxima convocação da seleção brasileira ocorrerá na primeira quinzena de setembro, visando a Data Fifa entre 21 de setembro e 6 de outubro. A janela terá 16 dias, uma novidade implantada pela entidade máxima do futebol mundial. Diferente do tradicional período de nove dias, agora haverá uma vez por ano a possibilidade de realização de até quatro amistosos na mesma janela, em vez de apenas dois. O Brasil enfrentará a Austrália, na Oceania, nos dias 25 e 29 de setembro e, se desejar, poderá disputar mais duas partidas na região. Um terceiro amistoso na Ásia não está descartado. Nesse período, espera-se que Ancelotti coloque em prática as “novas idéias” mencionadas por ele na entrevista coletiva após a eliminação contra a Noruega. Os questionamentos são inúmeros: Ancelotti tem algo de novo a propor para a seleção brasileira? Se tem, os Cartolas permitirão que ele as implante? As convocações impostas por outros interesses continuarão a existir para a Copa de 2030? Ancelotti continuará dando preferência a jogadores de seu grupo de amizade? Sua primeira experiência não o credencia a continuar. Muita coisa precisa ser mudada no futebol brasileiro, a partir do comando da CBF.

Goiás empresa Diego Caito

Sufocado por dificuldades financeiras, salários atrasados, premiações e direitos de arena também atrasados, o Goiás não tem outra alternativa a não ser negociar seus jogadores mais valorizados para fazer caixa e aliviar a asfixia financeira do momento. O lateral direito Diego Caito foi o primeiro a ser negociado. Foi emprestado ao Grêmio de Porto Alegre por um valor que pode chegar a R\$ 5 milhões, sendo R\$ 3 milhões à vista e o restante se o clube gaúcho exercer o direito de compra no final do ano. Se não ficar definitivamente com Diego Caito, o atleta volta para o Goiás e o Grêmio permanecerá com 30% de seus direitos federativos.

É um Goiás diferente daquele time administrado por Hailé Pinheiro, que só negociava as joias da base por valores superiores a R\$ 20 milhões. Hoje, em razão do sufoco financeiro, o clube não consegue segurar um jogador por valores muito menores, como está acontecendo com o lateral esmeraldino. Diego Caito veio para o Goiás com 18 anos em 2022. Em 2024 foi incorporado ao elenco principal, onde permaneceu até a data de sua liberação para o Grêmio. Como ele, o Goiás tem ainda Jean Carlo e Lucas Rodrigues, com mercado propício a negociações. Lucas Rodrigues está se recuperando de uma lesão no joelho, mas desperta o interesse de equipes do Brasil e do exterior. Quando estiver recuperado, certamente será alvo de prováveis negociações.



Diego Caito vai defender as cores do Grêmio

Vila e Goiás disputam atacante do Vitória-BA

O Vila garante que Lucas Silva está acertado. O Vitória diz que não. O Goiás entra na disputa mas nem Vila nem Goiás conseguiram fechar o negócio. Emprestado ao Vitória pelo FC Seoul, da Coreia do Sul, o jogador teve poucas oportunidades no time baiano em função das contusões que sofreu durante seu vínculo contratual com a equipe de Salvador. Lucas Silva, de 26 anos, ainda não assinou contrato com o Vila Nova porque, antes disso, o Vitória precisa regularizar sua situação junto ao clube coreano e esse acerto envolve uma alta quantia financeira. Enquanto essa questão não for resolvida, o Vila não pode anunciar o reforço. O Goiás atua nos bastidores para “melar” as negociações entre o Vila/Vitória/FC Seoul, para ter o jogador como primeiro reforço desta janela internacional que estará aberta na segunda-feira.

Como se sabe, o Goiás não tem dinheiro para fazer nenhum investimento no momento. Mas pode ter nos próximos dias, com a entrada dos recursos do empréstimo de Diego Caito, e das negociações do Naming Rights da Serrinha, segundo os dirigentes, muito próximo de se concretizar. Com dinheiro em caixa, a diretoria esmeraldina pretende colocar em dia os salários e premiações que estão atrasados, e partir daí reforçar o elenco visando o acesso para a série A em 2027. O acesso é vital para o Goiás. Com o clube na primeira divisão, os valores do patrocínio da construtora norte-americana serão dobrados. Vale lembrar que o Goiás vem perdendo jogadores durante a temporada e não fez reposições até o momento. Jajá foi vendido ao Clube do Remo e agora Diego Caito para o Grêmio. Se pretende conquistar uma vaga na elite do futebol brasileiro, precisa reforçar seu elenco, considerado fraco para este objetivo.



Lucas Silva, disputado por Vila Nova e Goiás

✓ Enquanto a Copa do Mundo vai chegando ao fim, o futebol brasileiro volta à sua normalidade. A série A, que parou durante a Copa, retornou com jogos na última quinta e sexta-feira.

✓ Adson Batista continua no mercado para reforçar o elenco atleticano, mesmo impedido de registrar reforços em função do Transfer Ban imposto pela Fifa. O clube trabalha para contratar o atacante Matheusinho, que atualmente defende as co-

res do Ceará, mas pertence ao Santa Clara, de Portugal.

✓ O Vila passa a impressão que está contratando demais para tentar o acesso à elite do futebol brasileiro, sem saber se os jogadores contratados tem a qualidade para atender as necessidades do clube na competição. Mas não se pode dizer que o clube não está no caminho certo. Contratou uma excelente técnico, o que não acontecia em anos anteriores.

✓ Depois de conseguir o acesso para a elite do futebol paulista em 2027, o Juventus, tradicional clube da Mooca, está reconstruindo o velho estádio da Rua Javari, que passará a ser chamado de Arena Javari, com capacidade para 11 mil torcedores. O estádio terá um moderno sistema de iluminação, o que nunca teve anteriormente.

✓ Como torcer contra o futebol espetacular praticado pela Argentina? Como torcer contra um time que tem Messi, aos 39 anos

correndo como se tivesse 20 anos, marcando gols e dando assistências para os companheiros balançar as redes dos adversários?

✓ Esta é a seleção do nosso rival vizinho, finalista pela segunda vez consecutiva de uma Copa do Mundo. Vai enfrentar a Espanha, considerada a escola do futebol mundial. O futebol argentino é o melhor da América do Sul e um dos melhores do mundo. O Brasil parou no tempo, suas glórias ficaram no passado.